

bs2.

bancobs2.com

CNPJ: 71.027.866/0001-34

Relatório da Administração

Senhores Acionistas:
Apresentamos as demonstrações financeiras do Banco BS2 S.A., anteriormente denominado Banco Bonsucesso S.A., relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2018 e seu comparativo com 2017.

AMBIENTE ECONÔMICO

Vivemos um semestre de forte volatilidade nos mercados, em função da indefinição do quadro político brasileiro e dos problemas enfrentados pela greve dos caminhoneiros. Somado a isso, o fraco crescimento da zona do Euro e da China, e as medidas protecionistas dos EUA, contribuíram para um ambiente de maior tensão. Embora nossa taxa básica de juros tenha recuado para 6,5%a.a., ante os 7%a.a. do início do ano, e a inflação tenha se comportado bem – abaixo da meta estabelecida pelo Bacen, a economia brasileira não demonstrou forte reação.

NEGÓCIOS

Em que pese este cenário, o BS2 manteve seus investimentos na construção de seu hub digital, enquanto obteve uma boa performance de suas operações nos segmentos em que atua,

notadamente aquisição de direitos creditórios, operações de câmbio, meios de pagamento e empréstimos para empresas.

ATIVOS, CAPTAÇÃO E RESULTADO

Os ativos da instituição totalizaram **R\$3,8 bilhões**, com crescimento de **67%** em relação ao ano anterior, formados substancialmente por **R\$390 milhões** de operações de crédito, **R\$575,6 milhões** de direitos creditórios (em maioria precatórios), **R\$697,2 milhões** em títulos e valores mobiliários e **R\$ 1,8 bilhão** em transações de aquisição. A captação total fechou em **R\$1,7 bilhão**, ante **R\$ 1,5 bilhão** em junho de 2017. As principais fontes de receitas foram advindas da carteira de direitos creditórios e das operações de câmbio. Já as principais despesas foram relativas à captação e administrativas que, em boa parte, se consistem nos investimentos em tecnologia para o lançamento da sua plataforma digital. Mesmo neste cenário de muito investimento, a lucratividade foi acima do esperado, atingindo **R\$ 17,9 milhões**, o que representa um retorno (ROAE) de **13,9%** sobre o patrimônio líquido médio.

CAPITAL SOCIAL

Durante o primeiro semestre, o BS2 teve seu capital social aumentado em **R\$ 60 milhões**, através de aporte de novos recursos, demonstrando a credibilidade por parte dos acionistas na gestão do Banco e, ao mesmo tempo, fortalecendo seu índice de Basileia para 15,7% (14,1% em 2017), permitindo maior alavancagem de suas operações de forma segura e equilibrada.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos acionistas pela confiança e estímulo para o crescimento e modernização da instituição. Aos nossos colaboradores expressamos nosso profundo reconhecimento por sua garra, comprometimento e dedicação. Aos nossos clientes, nosso obrigado pela confiança depositada em nós, que procuramos retribuir com excelência em nossos serviços.

Belo Horizonte, 16 de agosto de 2018.

A Administração

Ativos totais

R\$ **3,8**
bilhões

Captação total

R\$ **1,7**
bilhão

Lucro líquido

R\$ **17,9**
milhões

Patrimônio líquido

R\$ **312**
milhões

Rating

FitchRatings

BBB (bra) | Foreign Currency: B+

BALANÇO PATRIMONIAL

EM 30 DE JUNHO
Em milhares de reais

ATIVO	Nota	2018	2017	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2018	2017
CIRCULANTE		3.043.742	886.362	PASSIVO CIRCULANTE		2.561.198	694.645
DISPONIBILIDADES	3	83.900	30.279	DEPÓSITOS		721.310	447.274
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	4	70.588	155.961	Depósitos à vista		25.053	10.160
Aplicações no mercado aberto		70.006	149.800	Depósitos interfinanceiros	10	99.682	83.130
Aplicações em depósitos interfinanceiros		582	6.161	Depósitos a prazo	10	596.575	353.984
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS				CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO		24.696	
DERIVATIVOS	5	565.814	33.482	Carteira própria		24.696	
Carteira própria		300.207	33.482	RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS	11	68.477	31.651
Vinculados a compromissos de recompra		24.751		Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		68.477	31.651
Vinculados à prestação de garantias		190.673		RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		309	167
Vinculados ao Banco Central		50.183		Recebimentos e pagamentos a liquidar		309	167
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		1.791.750	3.102	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS		21.826	19.033
Pagamentos e recebimentos a liquidar	12(d)(iii)	1.791.153	336	Recursos em trânsito de terceiros		21.826	19.033
Depósitos no Banco Central		443	263	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES		11.661	5.085
Correspondentes		154	2.503	Empréstimos no exterior		11.661	5.085
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	6	247.140	198.070	INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	5(b)(ii)	255	34
Operações de crédito		250.916	195.920	Instrumentos financeiros derivativos		255	34
Operações de crédito vinculadas a cessão		4.161	12.023	OUTRAS OBRIGAÇÕES		1.712.664	191.401
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(7.937)	(9.873)	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		728	539
OUTROS CRÉDITOS		267.976	422.562	Carteira de câmbio	12(a)	18.466	68.759
Carteira de câmbio	7(a)	21.208	61.620	Fiscais e previdenciárias	12(b)	6.168	2.665
Rendas a receber		1.000	1.290	Negociação e intermediação de valores	12(c)	27.618	9.534
Negociação e intermediação de valores			44	Dívidas subordinadas	12(d)	3.296	34.054
Diversos	7(b)	252.509	364.941	Diversas	12(d)	1.656.388	75.850
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	7(b)	(6.741)	(5.333)	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		968.093	1.094.374
OUTROS VALORES E BENS	8	16.574	42.906	DEPÓSITOS		639.850	804.702
Outros valores e bens		15.649	40.325	Depósitos interfinanceiros	10	43.112	34.854
Provisões para desvalorizações		(1.167)	(897)	Depósitos a prazo	10	596.738	769.848
Despesas antecipadas		2.092	3.478	RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS	11	36.347	29.802
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		702.410	1.056.470	Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		36.347	29.802
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	4	55	1.416	OUTRAS OBRIGAÇÕES		291.896	259.870
Aplicações em depósitos interfinanceiros		55	1.416	Fiscais e previdenciárias	12(b)	3.048	3.132
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS				Dívidas subordinadas	12(c)	225.041	167.966
DERIVATIVOS	5	131.388	628.975	Diversas	12(d)	63.807	88.772
Carteira própria		2.877	386.092	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS		631	40
Vinculados à prestação de garantias			136.433	Resultados de exercícios futuros		631	40
Vinculados ao Banco Central			5.028	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		312.481	514.498
Instrumentos financeiros derivativos		128.511	101.422	Capital de domiciliados no país	13(a)	261.721	489.712
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	6	117.472	98.554	Reservas de lucros	13(b)	30.877	211
Operações de crédito		126.522	103.853	Ajuste a valor de mercado - TVM		1.980	555
Operações de crédito vinculadas a cessão		(9.050)	(8.986)	Lucros ou prejuízos acumulados		17.903	24.020
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		452.368	325.835	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.842.403	2.303.557
OUTROS CRÉDITOS	7(b)	453.161	326.352				
Diversos	7(b)	(793)	(517)				
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	7(b)	1.127	1.690				
OUTROS VALORES E BENS	8	1.127	1.690				
Despesas antecipadas		1.127	1.690				
PERMANENTE		96.251	360.725				
INVESTIMENTOS	9	52.102	334.312				
Participações em coligadas e controladas no país		50.697	332.932				
Outros Investimentos		1.405	1.380				
IMOBILIZADO DE USO		27.896	21.721				
Outras imobilizações de uso		36.628	28.577				
Depreciações acumuladas		(8.732)	(6.856)				
INTANGÍVEL		16.253	4.692				
Ativos intangíveis		19.686	5.940				
Amortização acumulada		(3.433)	(1.248)				
TOTAL DO ATIVO		3.842.403	2.303.557				

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em milhares de reais

	Capital social	Aumento de capital	Reservas de lucros		Ajuste a valor de mercado - TVM	Lucros acumulados	Total
			Legal	Estatutária			
Saldo em 31 de dezembro de 2016	300.000		36.146	153.777		489.712	
Aumento de capital		189.712	(36.146)	(153.566)	766	766	
Ajuste a valor de mercado - TVM						24.020	
Lucro líquido do semestre							24.020
Saldo em 30 de junho de 2017	300.000	189.712		211	555	24.020	514.498
Saldo em 31 de dezembro de 2017	201.721		2.403	28.474	1.727		234.325
Aumento de capital	10.000	50.000			253	60.000	
Ajuste a valor de mercado - TVM						253	
Lucro líquido do semestre						17.903	17.903
Saldo em 30 de junho de 2018	211.721	50.000	2.403	28.474	1.980	17.903	312.481

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

EM 30 DE JUNHO
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2018	2017
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		122.843	94.030
Operações de crédito	15	30.549	30.126
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e aplicações interfinanceiras de liquidez	16	22.542	38.535
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		22.776	7.229
Resultado de operações de câmbio		43.377	17.914
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		3.599	226
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(101.052)	(80.766)
Operações de captação no mercado	17	(94.429)	(78.926)
Operações de empréstimos e repasses		(2.135)	(162)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	18	(413)	(1.523)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(4.075)	(1.155)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		21.791	13.264
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		9.750	16.704
Receitas de prestação de serviços	19	24.838	4.332
Rendas de tarifas bancárias		1.093	551
Despesas de pessoal	20	(22.548)	(19.530)
Outras despesas administrativas	21	(68.887)	(42.244)
Despesas tributárias	22	(9.600)	(6.068)
Resultado de participações em coligada e controladas	9	502	14.832
Outras receitas operacionais	23	102.598	81.347
Outras despesas operacionais	23	(18.246)	(16.516)
RESULTADO OPERACIONAL		31.541	29.968
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		(216)	658
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		31.325	30.626
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	14(d)	(10.682)	(6.606)
Provisão para imposto de renda		(1.530)	(803)
Provisão para contribuição social		(1.320)	(481)
Ativo fiscal diferido		(7.832)	(5.322)
PARTICIPAÇÕES NO LUCRO		(2.740)	
LUCRO LÍQUIDO DOS SEMESTRES		17.903	24.020
LUCRO LÍQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$		342,02	245,25

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

EM 30 DE JUNHO
Em milhares de reais

	2018	2017
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido	17.903	24.020
Ajustes ao lucro líquido	2.349	(33.928)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4.075	155
Variação cambial	(1.769)	(15.156)
Ajuste a mercado de instrumentos financeiros derivativos e objeto de hedge	45	(2.231)
Constituição de provisão para contingências	(10.634)	(8.505)
Depreciação e amortização	2.674	1.319
Resultado de participação em controlada	(502)	(14.832)
Provisão para perda em títulos e valores mobiliários	628	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.832	5.322
Lucro líquido ajustado	20.252	(9.908)
Variáveis no capital circulante		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6.645	75.685
Títulos e valores mobiliários	(8.824)	9.761
Operações de crédito	54.727	(7.179)
Outros créditos	(3.580)	(174.417)
Outros valores e bens	5.543	(797)
Depósitos	(198.261)	256.039
Captações no mercado aberto	24.696	(102.571)
Recursos de aceites e emissões de títulos	12.673	30.340
Redução de obrigações por empréstimos e repasses	373.250	99.201
Relações interfinanceiras e interdependências	(534.797)	(3.732)
Instrumentos financeiros derivativos	(31.942)	(552)
Outras obrigações	367.450	(1.278)
Resultado de exercícios futuros	623	18
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.168)	(449)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	(287.921)	71.386
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Alienação de imobilizado de uso	171	194
Aquisição de imobilizado de uso	(5.505)	(1.751)
Alienação de investimentos		(160)
Alienação de intangível	69	
Aquisição de intangível	(10.578)	(3.502)
Aquisição de participações societárias		(4.559)
Aumento de capital em controladas e coligada	(14.985)	
Dividendos recebidos		1.290
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(30.828)	(8.488)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		

bs2

Um banco cada dia mais moderno e alinhado com as exigências do mundo digital.

CNPJ: 71.027.866/0001-34

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 30 de junho de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

Em novembro de 2017 o Banco Central do Brasil (BACEN) aprovou a cisão parcial do patrimônio do Banco Bonsucesso S.A. mediante a versão de parcela do seu patrimônio para sua controladora integral BBO Participações S.A., consistente na participação de 40% no capital do Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. reduzindo assim seu capital e aprovou a mudança da denominação social do Banco para Banco BS2 S.A.

O Banco BS2 S.A. ("Banco") é uma companhia de capital fechado e vem operando como banco múltiplo nas carteiras comercial e de crédito, financiamento e investimento, com operações nos segmentos de créditos para empresas, direitos creditórios, mercado de câmbio e de aquisição, atuando como credenciador na liquidação financeira de operações com cartões de débito e de crédito, tendo como principal fonte de recursos o lançamento de certificados de depósitos bancários no mercado e da dívida subordinada oriunda de emissões de títulos no exterior.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76, bem como as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém nem todos homologados pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Desta forma, a instituição, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos homologados pelo BACEN, até o presente momento:

Resolução CMN nº 3.566/08 – CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Resolução CMN nº 3.604/08 – CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa

Resolução CMN nº 3.750/09 – CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas

Resolução CMN nº 4.007/11 – CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro

Resolução CMN nº 3.973/11 – CPC 24 – Evento Subsequente

Resolução CMN nº 3.823/09 – CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

Resolução CMN nº 4.144/12 – Pronunciamento Conceitual Básico (R1)

Resolução CMN nº 4.424/15 – CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados

Resolução CMN nº 3.989/11 – CPC 10 (R1) – Pagamento baseado em ações.

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração utilize-se de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Os principais itens de balanço sujeitos a essas estimativas incluem: a provisão para crédito de liquidação duvidosa, os valores de mercado dos títulos e valores mobiliários, os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração do Banco revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

A moeda funcional do Banco é o Real e as informações financeiras são apresentadas em milhares de reais e estão sujeitas a arredondamentos para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas pela Diretoria Executiva do Banco em 08 de agosto de 2018.

(a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência de exercícios, sendo ajustado pela parcela atribuível de imposto de renda e contribuição social incidentes sobre os lucros tributáveis e, quando aplicável, pelo imposto de renda e contribuição social diferidos, que serão recuperados ou exigidos em exercícios seguintes.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados, basicamente, por disponibilidades, depósitos bancários disponíveis e investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e limites, cujo prazo de vencimento seja igual ou inferior a 90 dias (a partir da data de aquisição), que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

(c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos em base "pro rata", ajustados ao valor de mercado, quando aplicável.

(d) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068/01, e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados em três categorias específicas, de acordo com a intenção de negociação pela Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

(i) Títulos para negociação – Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, os quais são contabilizados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas realizados e não realizados reconhecidos diretamente no resultado do exercício. Os títulos para negociação são mantidos no ativo circulante independente do seu prazo de vencimento.

(ii) Títulos disponíveis para venda – Incluem os títulos e valores mobiliários utilizados como parte da estratégia para a administração do risco de variação nas taxas de juros, que podem ser negociados como resultado dessas variações, por mudanças nas condições de pagamento ou outros fatores. Esses títulos são contabilizados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos intrínsecos reconhecidos no resultado do período e os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado, ainda não realizados, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido, "Ajuste a valor de mercado - TVM", líquidos dos correspondentes efeitos tributários.

Os ganhos e as perdas, quando realizados são reconhecidos no resultado do exercício mediante a identificação específica na data de negociação, em contrapartida do patrimônio líquido, em conta destacada, líquidos dos correspondentes efeitos tributários.

(iii) Títulos mantidos até o vencimento – Incluem os títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos intrínsecos. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderando a possibilidade de resgate antecipado desses títulos.

Os declínios no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, abaixo dos seus respectivos custos, relacionados a razões consideradas não temporárias, são refletidos no resultado como perdas realizadas.

(e) Instrumentos financeiros derivativos

De acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 e regulamentações posteriores, os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração para fins ou não de proteção (*hedged*).

As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos efetuados por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção estabelecidos na referida circular (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos destinados a *hedge* são classificadas como *hedge* de risco de mercado ou *hedge* de fluxo de caixa, segundo os critérios definidos na Circular BACEN nº 3.082/02. Os instrumentos financeiros derivativos destinados a *hedge* e os respectivos objetos de *hedge* são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

• Para aqueles classificados na categoria *hedge* de risco de mercado, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do exercício; e

• Para aqueles classificados na categoria de *hedge* de fluxo de caixa, a valorização ou desvalorização referente à parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

(f) Operações de crédito, provisão para créditos de liquidação duvidosa, cessão de crédito e precatórios

(i) Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos, em base "pro rata", com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados. A atualização (*accrual*) das operações vencidas até o 59º dia de atraso é contabilizada em receitas e, a partir do 60º dia, deixa de ser apropriada, e o seu reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações. Conforme definido no COSIF as operações de crédito são apresentadas líquidas das rendas a apropriar que são apropriadas de forma "pro rata" ao resultado do exercício/semestre.

(ii) A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base nos critérios definidos pela Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.682/99, sendo fundamentada na análise do saldo em aberto das operações procedida pela Administração, considerando ainda os valores das garantias, o histórico de perdas e os riscos da carteira.

(iii) A partir de janeiro de 2012, com a entrada em vigor da Resolução nº 3.533 de 31 de janeiro de 2008, o Banco passou a classificar as operações de venda de ativos financeiros considerando a transferência ou retenção de riscos e benefícios, adotando os seguintes procedimentos:

• Nas operações classificadas como "transferência substancial dos riscos e benefícios" o ativo financeiro é baixado do título contábil utilizado para registro da operação original e o resultado positivo ou negativo apurado na negociação é apropriado ao resultado do período de forma segregada.

• Nas operações classificadas na categoria "com retenção de riscos e benefícios" o ativo financeiro é contabilizado na rubrica "Operações de crédito vinculadas a cessão" em contrapartida do passivo "Obrigações por operações vinculadas a cessão". As receitas e as despesas são apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação, registradas em "Rendas de operações de crédito", e em "Despesas de obrigações por operações vinculadas a cessão", respectivamente.

(iv) Precatórios são requisições de pagamentos expedidos pelo Poder Judiciário para cobrar de municípios, estados ou União, assim como de autarquias e fundações, o pagamento de valores devidos após condenação judicial definitiva. Os precatórios são adquiridos pelo Banco após devido estudo a despeito das regulamentações vigentes, estoque de dívida e performance de pagamento de cada ente devedor. Em paralelo, o ativo é alvo de análise que contempla sobretudo questões processuais e avaliação de risco do cedente.

A precificação dos precatórios contempla a previsibilidade de recebimento atrelada ao deságio relativo para a renda pretendida durante o fluxo previsto para liquidação. Eventualmente, o fluxo poderá ser distinto da previsão, em decorrência da consolidação das metas orçamentárias dos entes devedores. O valor presente contábil é calculado com base no preço de aquisição, acrescido da apropriação mensal de renda relativa ao prazo e deságio, bem como dos índices de atualização monetária e demais encargos legais, de acordo com a legislação vigente aplicável ao caso.

(g) Demais ativos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos, em base "pro rata", deduzidos das correspondentes rendas a apropriar.

(h) Permanente

Investimentos – Os investimentos em sociedades controladas e coligada são avaliados pelo método da equivalência patrimonial conforme detalhado na nota 9.

Imobilizado de uso – Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.535, de 24/11/2016, correspondem aos bens tangíveis próprios e as benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros, desde que utilizados no desempenho das atividades da empresa por período superior a um exercício social e são reconhecidos pelo valor de custo e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O valor de custo compreende o preço de aquisição ou construção à vista, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, os custos diretamente atribuíveis, necessários para o seu funcionamento. A depreciação reconhecida mensalmente, considera a alocação sistemática do valor depreciável ao longo da vida útil do ativo. O valor depreciável corresponde a diferença entre o valor de custo de um ativo e o valor residual estimado que a instituição obterá com sua venda, após deduzir as despesas estimadas de venda.

Intangível – Conforme Resolução CMN nº 4.534, de 24/11/2016, correspondem aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição, destinados à manutenção da instituição ou exercidos com essa finalidade. Na Instituição, o intangível é composto por *softwares* adquiridos registrados ao custo e sua amortização é reconhecida mensalmente considerada a alocação sistemática do valor amortizável ao longo de sua vida útil estimada.

(i) Valor de recuperação dos ativos não financeiros

Com base em análise da Administração, se o valor de contabilização dos ativos não financeiros exceder o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por "*impairment*" no resultado do exercício. Anualmente é feita uma avaliação para verificar a existência de "*impairment*". No semestre de 2018 não foram identificados indícios de "*impairment*".

(j) Passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos incorridos em base "pro rata", deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

(k) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% e a provisão para a contribuição social sobre o lucro líquido foi constituída à alíquota de 15% até agosto de 2015, e 20% a partir de setembro de 2015, permanecendo assim até dezembro de 2018, em conformidade com a Lei 13.169/15.

O imposto de renda diferido é calculado sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas de impostos definidas atualmente são usadas para se determinar o imposto de renda diferido, no caso, para imposto de renda - 25%, e para a contribuição social - 15%.

(l) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais é efetuado de acordo com os critérios definidos na Deliberação CVM nº 594/09, com observância da Resolução CMN nº 3.823/09, da seguinte forma:

• Ativos Contingentes: não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências suficientes que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.

• Passivos Contingentes: decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e outros riscos. Essas contingências são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências trabalhistas são classificadas como prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

• Obrigações legais – fiscais: são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, que têm os seus montantes integrais reconhecidos contabilmente.

3 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são compostos como segue:

Descrição	2018	2017
Disponibilidade em moeda nacional	405	806
Disponibilidade em moeda estrangeira	83.495	29.473
Total de disponibilidades	83.900	30.279
Aplicações interfinanceiras de liquidez (*)	70.006	149.800
Total	153.906	180.079

(*) Aplicações interfinanceiras de liquidez inclui apenas as operações cujos vencimentos na data da efetiva aplicação sejam iguais ou inferiores a 90 dias e que apresentem insignificante risco de valor e limites, conforme descrito na nota 2(b).

4 Aplicações interfinanceiras de liquidez

	2018	2017
Posição bancada		
Letras Financeiras do Tesouro	4.600	4.600
Letras do Tesouro Nacional	70.006	145.200
Aplicações no mercado aberto	70.006	149.800
Depósitos interfinanceiros	582	7.530
Aplicações em moedas estrangeiras	55	47
Total	70.643	157.377
Circulante	70.588	155.961
Realizável a longo prazo	55	1.416

5 Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

	2018	2017
Líres		
Cotas de fundos de investimentos	14.182	23.817
Letras Financeiras do Tesouro	282.054	384.307
Debêntures	6.848	10.222
Ações de companhias fechadas	9.040	9.040
Vinculado a operações compromissadas		
Letras Financeiras do Tesouro	24.751	
Instrumentos financeiros derivativos		
Operações de <i>Swap</i>	128.511	101.422
Vinculado ao Banco Central		
Letras Financeiras do Tesouro	50.183	5.028
Vinculado a prestação de garantias		
Letras Financeiras do Tesouro	190.673	136.433
Total	706.242	670.869
Provisão para perdas e desvalorização de títulos	(9.040)	(8.412)
Total	697.202	662.457
Circulante	565.814	33.482
Realizável a longo prazo	131.388	628.975

(a) Classificação dos títulos e valores mobiliários

Apresentamos a seguir o resumo da carteira de títulos e valores mobiliários por categoria e prazo de vencimento, já ajustados aos respectivos valores de mercado.

	2018							
	Ajuste a mercado refletido no:		Patrimônio Líquido	Valor contábil	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos
Valor do custo amortizado	Resultado							
Títulos para negociação	570.936	(53)	570.883	23.222	7.193		467.651	72.817
Cotas de fundos de investimentos (i)	14.182		14.182					
Ações de companhias fechadas (ii)	9.040		9.040					
Letras Financeiras do Tesouro (iii)	547.714	(53)	547.661		7.193		467.651	72.817
Títulos disponíveis para venda	6.798		50 6.848				3.971	2.877
Debêntures (iv)	6.798		50 6.848				3.971	2.877
Subtotal de títulos e valores mobiliários	577.734	(53)	50 577.731	23.222	7.193		3.971	470.528
Provisão para perdas e desvalorização de títulos	(9.040)		(9.040)	(9.040)				
Total de títulos e valores mobiliários	568.694	(53)	50 568.691	14.182	7.193		3.971	470.528

	2017							
	Ajuste a mercado refletido no Patrimônio Líquido		Valor contábil	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos
Valor do custo amortizado	Resultado							
Títulos para negociação	32.857		32.857	32.857				
Cotas de fundos de investimentos (i)	23.817		23.817	23.817				
Ações de companhias fechadas (ii)	9.040		9.040	9.040				
Títulos disponíveis para venda	536.951	(361)	536.590		8.921	116	11.187	516.366
Letras Financeiras do Tesouro (iii)	525.971	(202)	525.769		8.921	116	366	516.366
Debêntures (iv)	10.980	(159)	10.821				10.821	
Subtotal de títulos e valores mobiliários	569.808	(361)	569.447	32.857	8.921	116	11.187	516.366
Provisão para perdas e desvalorização de títulos	(8.412)		(8.412)	(8.412)				
Total de títulos e valores mobiliários	561.396	(361)	561.035	24.445	8.921	116	11.187	516.366

(i) As aplicações em cotas de fundos de investimento são avaliadas pelo valor das cotas informadas pelos administradores, as quais refletem a marcação a mercado das carteiras dos fundos, conforme regras da CVM.

(ii) Para a aplicação em ações de companhias fechadas, o saldo de provisão para perda em 30 de junho de 2018 é de R\$ 9.040 (2017 – R\$ 8.412).

(iii) Os títulos públicos federais foram marcados a mercado pela cotação divulgada pela ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais.

(iv) Em 30 de junho de 2018 e 2017, o Banco possuía debêntures da Cemig Distribuição S/A e Copel Geração e Transmissão S/A as quais possuem mercado ativo e são marcadas a mercado pela cotação divulgada pela ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais.

(b) Instrumentos financeiros derivativos

O Banco participa de operações com instrumentos financeiros derivativos de modo a mitigar a exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxa de juros, de maneira que haja o menor descaçamento de prazos e volumes financeiros possíveis.

Eventualmente, quando identificadas oportunidades com uma relação risco/retorno considerada compensadora, o Banco efetua operações com instrumentos derivativos objetivando a obtenção de ganhos.

Em 30 de junho de 2018, o Banco possuía contratos de derivativos envolvendo operações de *swaps*, futuros e termos, os quais estão registrados na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos – CETIP e na BM&F-Bovespa. A posição de derivativos a receber (Ativo) e a pagar (Passivo) pode ser demonstrada como segue:

	2018	2017
ATIVO		
<i>Swap</i> Dólar – diferencial a receber	128.511	101.422
PASSIVO		
Obrigações por venda a termo	255	34
Valor líquido	128.256	101.388

(i) *Swap*

Os *swaps* Dólar x CDI compõem, a estrutura de *hedge* de risco de mercado da captação externa, são custodiados pela CETIP e tem vencimento para 03/11/2020. Seu valor de referência está registrado em contas de compensação no montante de R\$ 102.180 (2017 – R\$ 102.180).

Descrição	2018			2017		
	Valor pela curva	Valor de mercado	Ganhos (Perdas) apropriados	Valor pela curva	Valor de mercado	Ganhos (Perdas) apropriados
Ajuste a Receber						
<i>Swap</i> Dólar	230.674	228.337	(2.337)	199.487	202.020	2.533
Ajuste a Pagar						
<i>Swap</i> CDI	103.705	99.826	3.879	104.725	100.598	4.127
Total	126.9					



O BS2 simplifica a relação das pessoas e das empresas com o dinheiro.

CNPJ: 71.027.866/0001-34

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30 de junho de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6 Operações de crédito e outros créditos

(a) Classificação por produto

	2018	2017
Sector Privado		
Crédito pessoal	26.524	34.890
Crédito pessoal vinculados a cessão	4.161	15.709
Capital de giro	317.005	236.599
CDC - Pessoas físicas e jurídicas	31.836	22.369
Financiamento em moeda estrangeira	1.967	5.084
Desconto de títulos	106	828
Adiantamentos a depositantes		4
Total operações de crédito	381.599	315.483
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	8.127	
Precatórios (Nota 7(b))	519.114	442.462
Devedores por compra de valores e bens	728	1.002
Total outros créditos (*)	527.969	443.464
Total carteira de crédito	909.568	758.947
Provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito	(16.987)	(18.859)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa de outros créditos	(1.741)	(1.345)
Total provisão para créditos de liquidação duvidosa	(18.728)	(20.204)
Total	890.840	738.743
Circulante	447.256	406.254
Realizável a longo prazo	443.584	332.489

(*) Para fins de divulgação o saldo de "Adiantamentos sobre contratos de câmbio", "Precatórios" e "Devedores por compra de valores e bens", e suas respectivas provisões, são demonstrados nesta nota por terem característica de concessão de crédito.

(b) Cessão de créditos

Nos semestres findos em 30 de junho de 2018 e de 2017 não foram efetuadas cessões de créditos com retenção de risco.

No semestre findo em 30 de junho de 2018, foram efetuadas cessões de créditos sem retenção de risco para Silver Fox Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado IE que na data da cessão totalizava R\$ 87.137 e foi recebido o montante de R\$ 90.736. Essas cessões geraram um resultado positivo de R\$ 3.599 registrado na demonstração do resultado na rubrica "Receitas da intermediação financeira - Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros".

No semestre findo em 30 de junho de 2017, foram efetuadas cessões de créditos sem retenção de risco para a coligada Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. que na data da cessão totalizava R\$ 1.408 e foi recebido o montante de R\$ 1.631. Essas cessões geraram um resultado positivo de R\$ 226 registrado na demonstração do resultado na rubrica "Receitas da intermediação financeira - Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros" e um resultado negativo de R\$ 3 registrado na demonstração do resultado na rubrica "Despesas da intermediação financeira - Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros"; vide nota 18(ii).

(c) Classificação por prazo

	2018	2017
A vencer com prazo indeterminado	519.114	442.462
A vencer até 90 dias	177.341	86.633
A vencer de 91 a 180 dias	38.337	63.111
A vencer de 181 a 360 dias	45.382	55.220
A vencer acima de 360 dias	126.978	108.269
Total de parcelas a vencer	907.152	755.695
Vencidas até 90 dias	1.878	1.642
Vencidas de 91 a 180 dias	150	903
Vencidas de 181 a 360 dias	209	638
Vencidas acima de 360 dias	179	69
Total de parcelas vencidas	2.416	3.252
Total	909.568	758.947

(d) Classificação por setor de atividade

	2018	2017
Indústria	10.223	5.336
Outros serviços	344.836	248.470
Pessoas físicas	35.395	62.679
Administração pública	519.114	442.462
Total	909.568	758.947

(e) Classificação por níveis de risco

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída de acordo com os critérios determinados pela Resolução CMN nº 2.682/99, considerando ainda os seguintes aspectos: (i) características das operações e respectivas garantias; (ii) considerações em relação ao atraso das parcelas; e (iii) histórico de perdas com os devedores.

Nível	%	2018		2017	
		Carteira	Provisão para riscos de crédito com base nos percentuais mínimos exigidos	Carteira	Provisão para riscos de crédito com base nos percentuais mínimos exigidos
AA		171.608		174.374	
A	0,5	585.395	2.927	390.193	1.950
B	1	78.470	785	117.783	1.178
C	3	47.115	1.413	41.855	1.256
D	10	3.247	324	9.868	987
E	30	1.154	346	786	236
F	50	16.303	8.151	18.735	9.367
G	70	4.979	3.485	410	287
H	100	1.297	1.297	4.943	4.943
Total		909.568	18.728	758.947	20.204

(f) Classificação por níveis de risco e produto

Nível	2018					2017				
	Crédito pessoal	Capital de giro	Precatórios	Outros	Total	Crédito pessoal	Capital de giro	Precatórios	Outros	Total
AA			171.608		171.608			174.374		174.374
A	15.374	218.541	347.506	3.974	585.395	34.300	81.598	268.088	6.207	390.193
B	6.605	36.500		35.365	78.470	809	106.926		10.048	117.783
C	6.471	39.266		1.378	47.115	10.288	26.047		5.520	41.855
D	119	1.299		1.829	3.247	3.244	515		6.109	9.868
E	1.058			96	1.154	215	18		553	786
F	63	16.240			16.303	163	18.405		167	18.735
G	146	4.820		13	4.979	271	139			410
H	849	339		109	1.297	1.309	2.951		683	4.943
Total	30.685	317.005	519.114	42.764	909.568	50.599	236.599	442.462	29.287	758.947

(g) Concentração da carteira

	2018		2017	
	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira
10 maiores devedores	589.626	64,82	571.503	75,30
20 maiores devedores seguintes	142.551	15,67	98.160	12,93
50 maiores devedores seguintes	132.463	14,56	40.111	5,29
100 maiores devedores seguintes	28.425	3,13	9.453	1,25
Outros	16.503	1,82	39.720	5,23
Total	909.568	100,00	758.947	100,00

(h) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2018	2017
Saldo no início do semestre	23.917	26.810
Constituição / reversão de provisão	3.476	2.400
Baixas de créditos para prejuízo	(8.665)	(9.006)
Saldo no fim do semestre	18.728	20.204

No semestre findo em 30 de junho de 2018 foi recuperado o montante de R\$ 1.854 (2017 - R\$ 1.638) referente a créditos anteriormente baixados para prejuízo e foi renegociado um montante de R\$ 11.827 (2017 - R\$ 13.859) de operações de crédito da carteira empresarial, cujo saldo em 30 de junho de 2018 foi de R\$ 14.119 (2017 - R\$ 13.774).

7 Outros créditos

(a) Carteira de câmbio

O saldo da carteira de câmbio do ativo é composta conforme abaixo:

	2018	2017
Câmbio comprado a liquidar	19.360	40.469
Direitos sobre vendas de câmbio	8.825	28.543
Adiantamentos em moeda nacional recebidos	(7.082)	(7.392)
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	105	
Total	21.208	61.620

(b) Diversos

	2018	2017
Créditos tributários (nota 14(a))	71.474	80.047
Devedores por depósitos em garantia (i)	18.236	20.058
Baixas sem financeiro (ii)	5.834	5.623
Impostos e contribuições a compensar (iii)	18.580	17.357
Títulos e créditos a receber (iv)	56.467	116.936
Precatórios (v)	519.114	442.462
Diversos	15.965	8.810
Total	705.670	691.293
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(7.534)	(5.850)
Total	698.136	685.443
Circulante	245.768	359.608
Realizável a longo prazo	452.368	325.835

(i) "Devedores por depósitos em garantia" são registrados os depósitos judiciais conforme abaixo:

	Depósitos judiciais		Provisões para contingências	
	2018	2017	2018	2017
Contingências tributárias	1.829	1.829		
Contingências trabalhistas e previdenciárias	4.156	6.278	5.662	7.390
Contingências cíveis	11.729	11.490	34.204	52.227
Outras	522	461		
Total	18.236	20.058	39.866	59.617

(ii) "Baixas sem financeiro" refere-se a valores baixados da carteira de créditos e pendentes de repasses pelos órgãos conveniados.

(iii) "Impostos e contribuições a compensar" refere-se, substancialmente, a saldo negativo de IRPJ e CSLL a compensar.

(iv) "Títulos e créditos a receber" em 2018, refere-se a direitos de consorciados adquiridos pela cessão de cotas não contempladas ou desistentes. Os direitos creditórios, assim entendidos como expectativa de direito de crédito em ação de natureza condenatória movida em desfavor da União Federal ou suas Autarquias, são adquiridos pelo Banco e são mantidos em carteira até a sua formalização em precatórios, que assegura elevado grau de confiança de realização, e posterior liquidação final. Os direitos creditórios somente passam a apropriar renda após a ordem judicial de constituição em precatório. Em 2017 refere-se às aquisições de recebíveis oriundos dos serviços de liquidações de operações com cartão de crédito e débito dos estabelecimentos comerciais credenciados de nossa aquisição.

(v) As operações de precatórios com entes não federais estão sujeitas a uma provisão para perdas de 0,5% - rating "A", no valor de R\$ 1.737 (2017 - R\$ 1.362). Já as operações com entes federais não estão sujeitas a provisão e foram classificadas no rating "AA", conforme nota 6.

8 Outros valores e bens

	2018	2017
Bens não de uso próprio (i)	14.482	39.428
Comissões diferidas (ii)	83	341
Despesas antecipadas	3.136	4.827
Total	17.701	44.596
Circulante	16.574	42.906
Realizável a longo prazo	1.127	1.690

(i) Referem-se a bens não de uso próprio, compostos basicamente por imóveis e veículos recebidos em dação de pagamento. Foi constituída uma provisão no montante de R\$ 1.167 (2017 - R\$ 897).

(ii) Referem-se ao diferimento das despesas de comissões e bônus sobre operações de crédito.

9 Investimentos em controladas e coligada

(a) Informações das controladas diretas e indiretas e coligadas:

Ramo financeiro	Quantidade de quotas ou ações possuídas	% de participação	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) no semestre	Resultado da equivalência patrimonial no semestre	
					Valor do investimento	Resultado da equivalência patrimonial no semestre
Previmax Previdência Privada e Seguradora S.A.	13.094.460	99,80	21.623	660	21.580	659
BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	19.980.000	99,90	20.002	265	19.982	265
Adiq - Soluções de Pagamento S.A.	4.500.000	90,00	3.728	(919)	3.355	(839)
BS2 Asset Management - Administradora de Recursos S.A.	325.000	75,00	597	110	448	82
Ramo não financeiro						
BS2 Tecnologia Ltda.	999.000	99,90	4.859	330	4.853	330
Bonsucesso Controladoria Ltda.	197.500	98,75	485	5	479	5
Pinhel MG Participações Ltda.	1.356.695	55,56	2.441			
Total					50.697	502

Em Assembleia realizada em junho de 2017 o Banco constituiu a Bonsucesso Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. com uma participação de 99,90% no capital e teve sua autorização de funcionamento aprovado pelo Banco Central do Brasil em dezembro de 2017. Em fevereiro de 2018 o Banco Central do Brasil aprovou a alteração da denominação social para BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Em Assembleia realizada em agosto de 2017 o Banco realizou uma cisão parcial transferindo para sua controladora integral BGO Participações S.A. sua participação de 40% no capital do Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. montando um valor de R\$ 287.991 em contrapartida a redução do capital social. Em Assembleia realizada em dezembro de 2017 na Previmax Previdência Privada e Seguradora S.A. foi deliberado o aumento de capital para R\$ 15.000 mediante a incorporação de parte da reserva de lucros.

Em Assembleia realizada em janeiro de 2018 na BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. foi deliberado o aumento de capital para R\$ 20.000.

Ramo financeiro	Quantidade de quotas ou ações possuídas	% de participação	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) no semestre	Resultado da equivalência patrimonial no semestre	
					Valor do investimento	Resultado da equivalência patrimonial no semestre
Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A.	139.997.860	40,00	706.452	33.587	282.581	13.434
Previmax Previdência Privada e Seguradora S.A.	8.904.236	99,80	28.140	1.014	28.084	1.012
Adiq - Soluções de Pagamento S.A.	4.500.000	90,00	5.100	100	4.590	90
Bonsucesso Asset - Administradora de Recursos S.A.	325.000	75,00	573	(22)	429	(16)
Ramo não financeiro						
Bonsucesso Informática Ltda.	999.000	99,90	16.801	293	16.784	294
Bonsucesso Controladoria Ltda.	197.500	98,75	470	18	464	18
Pinhel MG Participações Ltda.	1.356.695	55,56	2.441			
Total					332.932	14.832

Em fevereiro de 2017, o Banco Bonsucesso S.A. adquiriu 50.000 quotas do capital social da Bonsucesso Asset - Administradora de Recursos S.A., aumentando, assim, sua participação de 65,00% para 75,00%.

Em junho de 2017, o Banco Bonsucesso S.A. adquiriu 4.500.000 quotas do capital social da Adiq - Soluções de Pagamento S.A., passando a ter uma participação de 90,00%.

(b) Movimentação dos investimentos - controladas diretas e indiretas:

	Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A.	Previmax Previdência Privada e Seguradora S.A.	BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Adiq - Soluções de Pagamento S.A.	BS2 Tecnologia Ltda.	Bonsucesso Controladoria Ltda.	Bonsucesso Asset - Administradora de Recursos S.A.	Total
Em 31 de dezembro de 2016	270.425	27.072			16.490	446	386	314.819
Equivalência patrimonial	13.434	1.012		90	294	18	(16)	14.832
Aquisição de quotas				4.500			59	4.559
Ajuste a valor de mercado - TVM de coligadas								12
Dividendos	12	(1.290)						

bs2

BS2: encurtamos a distância
entre necessidades e soluções.

CNPJ: 71.027.866/0001-34

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30 de junho de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Abaixo as recompras da dívida subordinada autorizadas pelo Banco Central do Brasil:

Histórico de recompras da dívida subordinada	US\$ Mil	
	Recompras	Saldo
Principal da dívida		120.000
Autorização BACEN em agosto de 2012	20.000	
Recompras em:		
2º semestre de 2012	19.251	
1º semestre de 2013	749	
	20.000	100.000
Autorização BACEN em julho de 2013	20.000	
Recompras em:		
2º semestre de 2013	1.450	
1º semestre de 2014	6.771	
1º semestre de 2015	7.568	
2º semestre de 2015	4.211	
	20.000	80.000
Autorização BACEN em maio de 2015	20.000	
Recompras em:		
2º semestre de 2015	5.742	
1º semestre de 2016	6.042	
2º semestre de 2016	7.342	
1º semestre de 2017	874	
	20.000	60.000
Autorização BACEN em janeiro de 2017	10.000	
Recompras em:		
1º semestre de 2017	731	
	731	59.269

No semestre findo em 30 de junho de 2017, as recompras da dívida subordinada geraram um ganho, conforme demonstrado na nota 23.

De modo a eliminar a exposição à variação cambial e à taxa de juros, foram contratados dois swaps cuja soma de seus valores referenciais tem o mesmo valor do principal da dívida subordinada, além de terem a mesma taxa de juros e mesmos prazos de vencimento dos cupons semestrais e do principal, vide nota 6(b).

As dívidas subordinadas são compostas como segue:

Taxa anual	Datas de		Saldo em US\$		Saldo em R\$	
	Emissão	Vencimento	2018	2017	2018	2017
9,25%	03/11/2010	03/11/2020	59.269	60.137	228.337	202.020
Circulante			868	10.137	3.296	34.054
Exigível a longo prazo			58.401	50.000	225.041	167.966

(d) Diversas

	2018	2017
Valores a pagar a sociedades ligadas (Nota 26 (a))	362	4.131
Provisão para fornecedores e prestadores de serviços	18.656	7.498
Passivos contingentes (i)	39.866	59.617
Prestações recebidas e pendentes de baixa	3.228	7.444
Ordens de pagamento	144	139
Repasse Projeto Minha Casa Minha Vida	489	752
Obrigações por operações vinculadas a cessão (Nota 2 (f))	4.395	17.630
Valores a repassar por operações de aquisição (ii)	122.649	31.250
Obrigações por transações de pagamento (iii)	1.488.995	
Valores de tarifas a devolver	23.850	24.164
Outros (iv)	17.561	11.997
Total	1.720.195	164.622
Circulante	1.656.388	75.850
Exigível a longo prazo	63.807	88.772

(i) A administração do Banco revisa as contingências e avalia as possibilidades de eventuais perdas com as mesmas, ajustando a provisão conforme aplicável. Os processos trabalhistas considerados como perda provável são objeto de provisão contábil e aqueles avaliados como risco possível não são reconhecidos contabilmente que em 30 de junho de 2018 totalizavam R\$ 6.944 (2017 – R\$ 8.489).

As contingências cíveis são em geral decorrentes de indenização por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte contencioso massificado e de valores individuais não relevantes. A provisão para perdas desses processos é constituída tomando como parâmetro a média da perda verificada temporariamente e aplicada na base do total dos casos ativos. Dessa forma, o Banco não quantifica perdas prováveis para tais ações.

Abaixo está demonstrada a movimentação das contingências:

	2018			2017		
	Trabalhistas e previdenciárias	Cíveis	Total	Trabalhistas e previdenciárias	Cíveis	Total
Saldo no início do semestre	6.786	43.714	50.500	7.884	60.238	68.122
Movimentação refletida no resultado:						
Constituição	568	821	1.389	305	788	1.093
Reversão / baixa	(1.692)	(10.331)	(12.023)	(799)	(8.799)	(9.598)
Saldo no fim do semestre	5.662	34.204	39.866	7.390	52.227	59.617

(ii) "Valores a repassar por operações de aquisição" referem-se basicamente a montantes transacionados nos cartões de crédito e débito entre os bancos emissores e os estabelecimentos comerciais.

(iii) "Obrigações por transações de pagamento" refere-se a valores a repassar aos estabelecimentos comerciais credenciados (aquisição) por operações com cartão de crédito e débito e em contrapartida foi registrado no ativo na rubrica "Relações interfinanceiras - Pagamentos e recebimentos a liquidar" os valores a receber dos repasses das bandeiras de cartões.

(iv) "Outros" em 30 de junho de 2018 inclui a provisão específica para garantias financeiras prestadas no montante de R\$ 204, sendo R\$ 4 referente a provisão de uma carteira que monta R\$ 304 referente a outras fianças bancárias e R\$ 200 referente a provisão de uma carteira que monta R\$ 20.000 referente a outras garantias financeiras prestadas, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.512/16. Os critérios utilizados para a constituição desta provisão foram de acordo com o exposto na Resolução CMN 2.682/99 considerando a avaliação do cliente.

13 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em Assembleia Geral Extraordinária – AGE, realizada em 31 de maio de 2017, foi aprovado o aumento do capital social do Banco para R\$ 489.712. O aumento, no montante de R\$ 189.712, foi integralizado mediante a incorporação de parte das reservas Legal e Estatutária. O referido aumento de capital foi aprovado pelo BACEN em 28 de julho de 2017.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de agosto de 2017, foi realizada a cisão parcial do patrimônio Banco para sua controladora integral BBO Participações S.A., consistente na participação de 40% da participação no capital do Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. reduzindo assim seu capital no montante de R\$ 287.991.

Em Assembleia Geral Extraordinária – AGE, realizada em 22 de março de 2018, foi aprovado o aumento do capital social do Banco no montante de R\$ 10.000 homologado pelo BACEN em abril de 2018 e em 22 de junho de 2018, foi aprovado o aumento do capital social do Banco no montante de R\$ 50.000 submetido ao BACEN e aguarda homologação. Ambos os aumentos foram subscritos e integralizados pela controladora BBO Participações S.A..

Assim, em 30 de junho de 2018, o capital subscrito e integralizado está representado por 52.344.194 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em 30 de junho de 2017, o capital subscrito e integralizado está representado por 97.942.400 (2016 – 60.000.000) ações, sendo 73.456.800 (2016 – 45.000.000) ações ordinárias e 24.485.600 (2016 – 15.000.000) ações preferenciais, todas nominativas, sem valor nominal.

(b) Reservas de lucros

Legal: É constituída à base de 5% sobre o lucro líquido apurado, limitada a 20% do capital social.

Estatutária: É constituída pelo saldo de lucro remanescente após a constituição de reserva legal e da distribuição dos dividendos. Sua destinação será para aumento de capital, podendo ser, por deliberação dos acionistas, distribuída total ou parcialmente ou compensada com prejuízos.

(c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social.

14 Imposto de renda e contribuição social

(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos dos créditos tributários (nota 7(c)) apresentam-se como segue:

	2018	2017
Provisão para perdas em ativos	57.486	49.237
Ajustes ao valor de mercado	53	3.486
Passivos contingentes	66.069	84.166
Prejuízo fiscal/Base negativa	55.077	63.229
Base de cálculo	178.685	200.118
Imposto de Renda – 15%	26.803	30.018
Adicional do Imposto de Renda – 10%	17.868	20.011
Contribuição Social – 15%	26.803	30.018
Total	71.474	80.047
Circulante	15.129	13.801
Exigível a longo prazo	56.345	66.246

(b) Movimentação dos créditos tributários

No semestre findo em 30 de junho de 2018 e 2017, a movimentação dos créditos tributários pode ser demonstrada como segue:

	2018		2017			
	Adições temporárias	Prejuízos fiscais/Base negativa	Total	Adições temporárias	Prejuízos fiscais/Base negativa	Total
Saldo no início do semestre	55.721	23.595	79.316	61.438	24.129	85.567
Constituição	13.903		13.903	11.437	1.161	12.598
Utilização	(20.180)	(1.565)	(21.745)	(18.118)		(18.118)
Saldo no fim do semestre	49.444	22.030	71.474	54.757	25.290	80.047

(c) Período estimado de realização

A recuperação provável dos créditos tributários pode ser demonstrada conforme abaixo:

Ano	Valor contábil	Valor presente
2018	15.129	14.205
2019	11.769	10.377
2020	6.505	5.385
2021	3.762	2.924
2022	5.601	4.088
Acima de 2022	28.708	17.825
Total	71.474	54.804

O Banco adota a prática de constituir créditos e obrigações fiscais diferidos sobre todas as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas. Em 30 de junho de 2018 esses créditos estão relacionados, principalmente, à possibilidade de reconhecimento, como perda efetiva, das despesas com provisões para créditos de liquidação duvidosa e contingenciamentos discutidos judicialmente, cuja realização depende do encerramento dos questionamentos judiciais. Os créditos tributários relacionados a prejuízo fiscal e base negativa serão recuperados, segundo a expectativa da Administração com lucros tributários futuros, a partir de projeções elaboradas com base em premissas internas e cenários econômicos futuros, que podem, portanto, sofrer alterações.

(d) Conciliação do imposto de renda e da contribuição social

	2018		2017	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	28.585	28.585	30.626	30.626
Adições (exclusões) líquidas:				
• Equivalência patrimonial	(502)	(502)	(14.832)	(14.832)
• Lei 11.196/2005 (Lei do bem)	(3.955)	(3.955)		
• Outras, líquidas	1.928	1.175	743	684
Base de cálculo	26.056	25.303	16.537	16.478
Alíquota Efetiva	3.908	5.061	2.481	3.296
Alíquota Adicional	2.595		1.653	
Ajustes CSLL 5% (i)		(826)		(824)
Incentivo Fiscal	(56)			
Despesa (Receita) de imposto de renda e contribuição social	6.447	4.235	4.134	2.472

(i) Majoração provisória da alíquota da CSLL a partir de setembro de 2015 até dezembro de 2018, nota 2(i).

15 Receitas de operações de crédito

	2018	2017
Crédito pessoal	4.906	7.980
Empresarial	23.476	20.346
Financiamento em moeda estrangeira	313	162
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	1.854	1.638
Total	30.549	30.126

16 Resultado de operações com TVM e aplicações interfinanceiras de liquidez

	2018	2017
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6.548	6.195
Títulos e valores mobiliários	15.994	32.340
Total	22.542	38.535

17 Despesas de operações de captação no mercado

	2018	2017
Despesas de títulos emitidos no exterior	42.573	11.713
Despesas de depósitos a prazo	43.306	56.058
Despesas de depósitos interfinanceiros	4.075	6.174
Despesas de recursos de aceites e emissão de títulos	3.172	2.472
Outras despesas de captação	1.303	2.509
Total	94.429	78.926

18 Despesas de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros

	2018	2017
Despesas de obrigações por operações vinculadas a cessão (i)	413	1.520
Prejuízos em operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		3
Total	413	1.523

(i) Refere-se a despesas com o reconhecimento pró-rata das obrigações assumidas com cessões de créditos, de acordo com a Resolução CMN 3.533/08.

19 Receitas de prestação de serviços

	2018	2017
Rendas por serviços de pagamento (i)	8.546	4.111
Rendas de cobrança	118	114
Rendas por antecipação de obrigações de transações de pagamento (ii)	14.380	10.990
Diversas	1.794	107
Total	24.838	4.327

(i) Rendas provenientes da captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e débito.

(ii) Rendas provenientes de aquisições realizadas pelo Banco de créditos dos seus estabelecimentos credenciados nas operações de aquisição, cuja diferença entre o valor da agenda desses estabelecimentos junto às bandeiras de cartões de crédito e o valor de aquisição é apropriada como receita, reclassificada de "Outras receitas operacionais" nota 23(ii) por determinação do BACEN pela carta circular 3.828 de 19 de junho de 2017.

20 Despesa de pessoal

	2018	2017
Honorários	5.662	3.257
Benefícios	2.223	1.809
Encargos Sociais	3.903	4.145
Proventos	10.341	10.090
Treinamento	284	133
Estagiários	135	96
Total	22.548	19.530

21 Outras despesas administrativas

	2018	2017
Consultoria comercial	408	378
Prestação de serviços	33.802	19.025
Processamento de dados	17.669	12.239
Comunicação	2.296	1.901
Aluguel	1.323	747
Depreciação e amortização	2.674	1.319
Propaganda e publicidade	1.227	461
Transportes	4.611	2.493
Manutenção e conservação de bens	485	707
Outros	4.392	2.974
Total	68.887	42.244

22 Despesas tributárias

	2018	2017
Despesas tributárias	2.409	1.738
ISSQN	578	255
Cofins	5.689	3.505
PIS	924	570
Total	9.600	6.068

23 Outras receitas e despesas operacionais

	2018	2017
Outras receitas operacionais		
Recuperação de despesas de provisões operacionais (i)	11.521	8.505
Variação monetária e cambial ativa	842	283
Ajuste a valor de mercado da captação externa	6.393	
Rebate de contratos cedidos (ii)	5.942	11.003
Resultado operações com precatórios	73.596	49.876
Receitas com operações de aquisição de recebíveis (iii)		4.760
Outras	4.304	6.920
Total	102.598	81.347

	2018	2017
Outras despesas operacionais		
Despesas de provisões operacionais (i)	(1.780)	
Despesas de interveniências de repasses de recursos	(3.052)	(240)
Ajuste a valor de mercado da captação externa		(979)
Perdas com processos trabalhistas	(1.655)	(1.225)
Perdas com processos cíveis	(9.824)	(12.454)
Outras	(1.935)	(1.618)
Total	(18.246)	(16.516)

(i) "Recuperação/Despesas de provisões operacionais" referem-se, substancialmente, a provisão de contingências cíveis e trabalhistas.

(ii) "Rebate de contratos cedidos" refere-se ao valor pago pelo Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A., de parte dos contratos recuperados da carteira não elegível, cedida a R\$ 1,00 cada contrato.

(iii) Rendas provenientes de aquisições realizadas pelo Banco de créditos dos seus estabelecimentos credenciados nas operações de aquisição, cuja diferença entre o valor da agenda desses estabelecimentos junto às bandeiras de cartões de crédito e o valor de aquisição é apropriada como receita, reclassificada para "Receitas de prestação de serviços" nota 19(i) por determinação do BACEN pela carta circular 3.828 de 19 de junho de 2017.

24 Cobertura de



Inovamos para construir um futuro promissor.

CNPJ: 71.027.866/0001-34

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 30 de junho de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26 Partes relacionadas

(a) Transações com partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de mutuabilidade, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

Os principais saldos e operações são demonstrados abaixo:

	2018		2017	
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
Depósitos à vista	(1.580)		(557)	
BBO Participações S.A. (i)	(13)		(1)	
Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. (ii)	(62)		(43)	
BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (iii)	(101)			
BS2 Asset Management - Administradora de Recursos S.A. (iii)	(14)		(23)	
Adiq - Soluções de Pagamento S.A. (iii)	(16)		(7)	
Previmax Previdência Privada e Seguradora S.A. (iii)	(11)		(10)	
BS2 Tecnologia Ltda. (iii)	(936)		(46)	
Bonsucesso Controladora Ltda. (iii)	(5)		(1)	
Pessoal chave da administração (iv)	(203)		(110)	
Outras partes relacionadas (v)	(219)		(316)	
Captações no mercado aberto	(84.686)	(828)	(84.768)	(383)
BBO Participações S.A. (i)	(4.063)	(194)	(1.011)	(70)
BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (iii)	(12.256)	(325)		
BS2 Asset Management - Administradora de Recursos S.A. (iii)	(618)	(19)	(576)	(37)
Adiq - Soluções de Pagamento S.A. (iii)	(3.453)	(134)	(5.310)	(20)
BS2 Tecnologia Ltda. (iii)	(3.491)	(141)	(3.968)	(232)
Bonsucesso Controladora Ltda. (iii)	(469)	(15)	(454)	(24)
Pessoal chave da administração (iv)	(22.537)		(24.727)	
Outras partes relacionadas (v)	(37.799)		(48.722)	
Outros créditos (Outras obrigações) / Receitas (Despesas) operacionais	1.733	(3.945)	(2.727)	6.722
BBO Participações S.A. (i)	1		1	
Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. (ii)	722	5.942	(2.733)	11.003
BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (iii)	964			
BS2 Asset Management - Administradora de Recursos S.A. (iii)	2	(181)	2	(59)
Adiq - Soluções de Pagamento S.A. (iii)	42	(3.580)	1	(430)
Previmax Previdência Privada e Seguradora S.A. (iii)	1		1	
BS2 Tecnologia Ltda. (iii)	1	(6.126)		(3.792)
Bonsucesso Controladora Ltda. (iii)	1		1	
Receitas (Despesas) da intermediação financeira		(34)		222
Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. (ii)				222
BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (iii)		(34)		
(i) Holding controladora integral do Banco BS2.				
(ii) Instituição financeira coligada do Banco BS2 até agosto de 2017 quando foi realizada uma cisão parcial transferindo para sua controladora integral BBO Participações S.A. sua participação.				
(iii) Empresas controladas do Banco BS2 conforme detalhado na nota 9.				
(iv) Pessoal chave da administração do Banco BS2 e de sua controladora integral BBO Participações.				
(v) Outras partes relacionadas pessoas físicas ou jurídicas.				

(b) Remuneração do pessoal chave da Administração

A Assembleia Geral Ordinária estabelece uma remuneração anual para os Administradores. Os benefícios de curto prazo pagos estão demonstrados a seguir:

	2018	2017
Honorário	3.499	3.257
Participação nos lucros e resultados	2.163	1.004
Encargos sociais	1.054	1.004
Total	6.716	4.261

O Banco não possui benefícios de longo prazo, de pós-emprego ou de contrato de trabalho para o pessoal-chave da Administração.

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder operações de créditos aos seus acionistas controladores, empresas coligadas, administradores, ou parentes de seus administradores até o fim de curso. Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

27 Adequação ao acordo de capitais (BASILEIA III) - Resolução CMN Nº 4.193/13

A partir de 1º outubro de 2013, passou a vigorar no Brasil o arcabouço regulatório recomendado pelo Comitê de Supervisão Bancária de Basileia, que trata da nova estrutura de capital de instituições financeiras para Basileia III. Para o cálculo do Patrimônio de Referência (PR), foi divulgada a Resolução CMN nº 4.192/13, que define a metodologia de apuração e a Resolução CMN nº 4.193/13, que dispõe sobre apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal e institui o Adicional de Capital Principal para Basileia III.

Apresentamos a seguir o cálculo do Índice de Basileia:

	2018	2017
(=) Patrimônio de Referência – Nível I	259.802	178.680
(+) Capital Principal (a)	259.802	178.680
(+) Capital Social e Reservas	261.721	489.712
(+) Reservas De Capital, Reavaliação e de Lucros	30.877	211
(+) Sobras ou Lucros Acumulados	17.935	24.020
(+) Ganhos Não Realizados de Ajustes de Avaliação Patrimonial Exceto de Hedge de Fluxo de Caixa	1.948	555
(-) Ajustes Prudenciais	52.679	335.818
(+) Patrimônio de Referência – Nível II	86.334	100.780
(+) Instrumentos Elegíveis para compor nível II (a)	86.334	100.780
(=) Patrimônio de Referência Total	346.136	279.460

Alocação de Capital por Risco

Risco de Crédito (RWAcpad)	1.664.720	1.119.594
Risco de Mercado (RWAjur + RWAcam + RWAacs + RWAcom)	71.387	308.589
Risco Operacional (RWAoapad)	465.655	555.168
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	2.201.763	1.983.350
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para RWA	203.663	183.460
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA e para RBA	209.224	188.821
Margem sobre o Patrimônio de Referência Requerido	156.234	96.000
Margem sobre o Patrimônio de Referência com RBA	95.629	90.639
Margem sobre o Patrimônio de Referência Nível I Requerido	127.697	59.679
Margem sobre o Capital Principal Requerido	160.723	89.429

Índice de Basileia - PR

Índice do Nível I
Índice do Capital Principal
Índice de Imobilização

Diretoria

Gabriel Pentagna Guimarães - Diretor Presidente
Renata Braga Pentagna Guimarães Martin - Diretora Vice-Presidente Executiva
Rodrigo Braga Pentagna Guimarães - Diretor Vice-Presidente Comercial
Juliana Braga Pentagna Guimarães - Diretora Executiva
Franco Ferreira Neto - Diretor Executivo
Carlos Eduardo Tavares de Andrade Júnior - Diretor Executivo

Conselho de Administração

Paulo Henrique Pentagna Guimarães - Presidente
João Claudio Pentagna Guimarães - Vice-Presidente
Gabriel Pentagna Guimarães - Conselheiro
Heloisa Maria Pentagna Guimarães Henriques - Conselheira
Regina Maria Pentagna Guimarães Salazar - Conselheira
Luz Flávio Pentagna Guimarães - Conselheiro

Controladoria

José Luiz de Souza Leite
Contador - CRC-MG 48.029/O-0

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Banco BS2 S.A. (Anteriormente denominado Banco Bonsucesso S.A.)

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco BS2 S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco BS2 S.A. em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras com um todo e a formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Nossa auditoria para o semestre findo em 30 de junho de 2018 foi planejada e executada considerando que as operações do Banco BS2 S.A. em 30 de junho de 2018 não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados aqueles do exercício anterior.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD (Notas explicativas 21f, 6) A mensuração da provisão para crédito de liquidação duvidosa considera as determinações do Banco Central do Brasil, notadamente a Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 2.682/99. No cumprimento dessa norma a administração do Banco executa julgamentos e aplica determinadas pressões para mensuração do valor de realização das garantias e definição do risco de crédito das contrapartes das operações de crédito. O uso de julgamentos e pressões de forma incorreta ou a aplicação indevida da regulamentação vigente poderia resultar em estimativa de provisão para crédito de liquidação duvidosa consideravelmente diferente. Considerando a relevância da provisão para crédito de liquidação duvidosa, bem como o exposto anteriormente, essa continua sendo uma área de foco em nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria, entre outros, consideraram a atualização do entendimento dos controles internos e processos aplicados no cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa, bem como realizamos testes sobre: i) integridade da base de dados de operações de crédito; ii) aprovação e acompanhamento das operações renegociadas; iii) aderência das principais pressões adotadas pela administração para mensuração da PCLD com as normas do Banco Central do Brasil; iv) aplicação das normas internas de classificação de risco das contrapartes, bem como da aprovação dos correspondentes níveis de riscos estabelecidos; v) cálculo do valor da provisão; vi) conciliação dos valores calculados de PCLD e os valores contabilizados; e vii) elaboração das notas explicativas. Consideramos que os critérios e as pressões adotadas pela Administração são razoáveis no contexto de relevância do exame das demonstrações financeiras.
Reconhecimento de crédito tributário (Notas explicativas 21k e 14) O crédito fiscal proveniente de diferenças temporárias e prejuízos fiscais é registrado à medida que a administração considera que o Banco apresentará lucro tributável futuro para sua realização. A projeção de lucro tributável, base para o registro do crédito tributário, é fundamentada em estudo aprovado pela administração do Banco, nos termos da regulamentação do Banco Central do Brasil, em especial a Resolução nº 3.059/02 e posteriores alterações, e inclui diversas pressões de natureza subjetiva definidas pela administração. Considerando o exposto acima, o estudo para projeção de lucro tributável, base para o reconhecimento e manutenção do crédito tributário, se mantém como uma área de foco em nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria, consideraram entre outros, a atualização do entendimento dos procedimentos realizados pela administração para a elaboração do estudo de projeção de lucro tributável, bem como o registro e manutenção do crédito tributário de acordo com os requisitos específicos do Banco Central do Brasil. Obtivemos o estudo de projeção de lucro tributável aprovado pelos órgãos de governança da administração e analisamos as pressões utilizadas com as informações de estudos de períodos anteriores, bem como com informações de mercado, quando aplicável. Obtivemos entendimento quanto às pressões críticas incluídas nas projeções de resultados e efetuamos testes quanto a exatidão matemática dos valores projetados. Adicionalmente, confrontamos os resultados históricos projetados com os resultados realizados. Consideramos que as informações divulgadas nas demonstrações financeiras estão consistentes com as informações auditadas, bem como consideramos que as pressões adotadas na elaboração do estudo de projeção de lucro tributário futuro são razoáveis no contexto de relevância do exame das demonstrações financeiras no seu conjunto.
Ambiente de tecnologia de informação (Nota explicativa 2B) O processamento das transações do Banco, o desenvolvimento de suas operações e a continuidade de seus processos de negócios são dependentes de sua estrutura tecnológica. Os riscos inerentes à tecnologia e sistemas de informação e dos respectivos controles que suportam a tecnologia, poderia ocasionar o processamento incorreto de informações críticas para a tomada de decisões ou das operações, assim como, paradas operacionais e risco de continuidade do negócio. Dessa forma, continuamos a considerar o ambiente de tecnologia da informação uma área de foco de nossos trabalhos de auditoria.	Com o auxílio de nossos especialistas de sistemas, atualizamos nosso entendimento e testamos os controles gerais de tecnologia. Em nosso plano de trabalho, consideramos os testes relacionados à acesso lógico, de segregação de funções, os processos de gerenciamento e desenvolvimento de mudanças sistêmicas, segurança de acesso a programas e banco de dados e segurança física do centro de processamento de dados. Testamos os controles automatizados ou dependentes de tecnologia, bem como os controles compensatórios, relacionados às aplicações nos processos de negócio relevantes do Banco. Consideramos que os procedimentos de auditoria e considerando que os processos e controle do ambiente de tecnologia, adicionados a controles compensatórios e testes realizados, proporcionam uma base para o resultado de nossa auditoria para as demonstrações financeiras.

Mensuração do valor de realização de títulos vinculados a direitos creditórios, com pouca liquidez e mercado ativo (Notas explicativas 21f, 6(a) e 7(b))

A mensuração do valor de realização de determinados instrumentos financeiros com pouca liquidez e sem mercado ativo envolve nível de julgamento e foi mantida como área de foco em nossa auditoria, uma vez que dependem da avaliação que considera a utilização de pressões e julgamento da administração. Esses instrumentos financeiros são substancialmente compostos por títulos de dívidas (precatórios) emitidas pela União, estados e municípios.
O uso de distintas técnicas de avaliação e pressões podem produzir estimativas de valor de realização significativamente diferentes. Adicionalmente, a previsão relacionada ao fluxo de recebimento desses instrumentos envolve julgamentos da administração que podem sofrer alterações por conta da capacidade de pagamento da União, estados e municípios.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, consideramos se essas informações são de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, independentemente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a

Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros, a atualização do entendimento e teste dos controles internos relevantes relacionados a mensuração, aprovação, registro e divulgação.
Adicionalmente, realizamos testes quanto a valorização de determinadas operações, que considero: i) reunião com os especialistas da administração para entendimento das principais pressões e metodologias adotadas; ii) análise de consistência entre projeções efetuadas em anos anteriores com os efetivamente realizados ("backtesting"); e iii) análises a razoabilidade das pressões e metodologia utilizadas para mensuração.
Consideramos que os critérios e as pressões adotadas na mensuração do valor de realização dos títulos vinculados a direitos creditórios são razoáveis no contexto de relevância do exame das demonstrações financeiras no seu conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à existência de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.
Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 16 de agosto de 2018.

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
CRC 25P00160/O-5
Carlos Augusto da Silva
Contador CRC: 15P197007/O-2

